



## Universidades Lusíada

Carvalho, Maria do Carmo Brant de, 1943-

### **A prática social na modernidade: a modernidade nos países desenvolvidos capitalistas**

<http://hdl.handle.net/11067/3873>

#### **Metadados**

<b>Data de Publicação</b>	1986
<b>Palavras Chave</b>	Serviço social - Filosofia, Civilização moderna
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	no
<b>Coleções</b>	[ULL-ISSSL] IS, n. 04 (1986)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-26T02:57:48Z com informação proveniente do Repositório

# A PRÁTICA SOCIAL NA MODERNIDADE

*Maria do Carmo Falcão \**

## A MODERNIDADE NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS CAPITALISTAS

### 1. A Revolução passiva do pós guerra

A primeira metade do nosso século assistiu a uma viragem significativa das estruturas sociais, dos processos de acumulação capitalista, das estruturas e relações sociais de dominação.

Como diz Christine Buci Glucksmann, uma revolução passiva, ao senso dado por Gramsci, se operou.

As crises próprias ao processo de acumulação capitalista, os constantes enfrentamentos da burguesia com um proletariado consciente de sua exploração e opressão e, mais particularmente o contexto político mundial pós 29, permitem uma retomada revolucionária «passiva» da classe dominante capitalista.

«a travers la notion de revolution passive comme tendance nouvelle imminente au mode de production capitaliste. Gramsci aborde les issues possibles et non uniques à une crise. En periode de crise, dans les maillons les plus forts (fordisme et americanisme), le capitalisme peut se restructurer en profi tant de la crise même du mouvement ouvrier, en agissant sur le prolétariat à tous les niveaux, de la division du travail à l'Etat. La classe dominante, pour continuer à diriger et dominer, devient «revolutionnaire»: elle révolutionne ses propres bases materielles et politiques, offrant aux autres classes un nouveau deal» (1).

O consentimento das classes trabalhadoras a esta revolução passiva deu-se, sem dúvida, de início, porque de certa maneira, estas mesmas classes renunciaram encon-

---

\* Professora na Post-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo.

(1) Buci Glucksmann, Christine et alii; *Le défi social démocrate; Dialectiques Interventions*, Ed. François Maspero, Paris, 1981, p. 141.

trar outros modelos de sociedade alternativa face aos horrores do fascismo e do estalinismo e, a possibilidade de um pacto com a sociedade capitalista.

Reportando-se ainda à reflexão realizada por Christine Buci Glucksmann, a revolução passiva contém uma soma de contradições não resolvidas: uma revolução passiva que opera pela neutralização de toda a iniciativa popular real, minando a exploração ou generalização das autonomias de classe por um reformismo moderado. Este reformismo moderado traduz-se na satisfação de reivindicações mas em pequenas doses, legalmente, de maneira reformista, apoiando-se sobre o Estado e resolvendo através do Estado as tarefas históricas de uma classe. (2).

«C'est pourquoi la revolution passive débouche chez Gramsci sur les premieres linéaments d'une théorie de la subalternité social et politique qui excède le champ classiste de l'exploitation de classe et les seuls pays capitalistes développés». (3).

Para melhor compreender esta questão, vale a pena descrever as características desta revolução passiva, ainda que sumariamente, através de alguns dos seus principais indicadores:

- a evolução de um capitalismo individualista, selvagem, deixado às suas próprias forças, para um capitalismo planificado, transnacional, monopolista;
- a generalização e mundialização do assalariado;
- a forte expansão das funções do Estado. O Estado assume as funções de mediação entre capital e trabalho, intervindo tanto na racionalização e planificação económica quando na protecção social e no jogo e direcção das relações sociais. Por outras palavras, o Estado torna-se presente como sujeito económico e sujeito socialisante;
- a introdução de um pacto social com as classes trabalhadoras, corolário de pressões e conflitos não controláveis sem negociações afectivas. Deste pacto, resulta a expansão e fortalecimento do chamado Estado Providência que assume progressivamente as funções de reprodução da força de trabalho (educação, saúde, etc ...), produz maior equidade social, expande a procura do consumo de bens produzidos pelo sistema capitalista, assim como processa a difusão uniformisante de uma consumação de massa. Deste pacto resultou também a introdução de uma praxis política democrática, duradoura e extensiva (em maior ou menor grau), em todos os países capitalistas desenvolvidos;
- as relações de dominação e poder tomam uma forma corporativista, funcional, triangular (sindicatos, Estado, burguesia monopolista), tendo o Estado como figurante mediador principal. Ao corporativizar e institucionalizar a pre-

---

(2) Buci Glucksmann, Christine, op. cit., p. 139

(3) Buci Glucksmann, Christine, op. cit., p. 145

sença e participação das classes, através de sua organização e lideranças, alteram-se as próprias condições da prática política e as formas que tomam as relações sociais de dominação. Uma das alterações neste novo processo é a despolarização das relações capital / trabalho e Estado / classe dominante com o fortalecimento das relações classe trabalhadora / Estado. As formas modernas em que se apresentam as relações de dominação e as estratégias de negociação sociais aí introduzidas, tornaram progressivamente opacas ou quase invisíveis as questões da luta de classes.

O pensamento Keynesiano forneceu as bases teóricas a este processo de revolução passiva.

Embora Keynes tenha escrito no contexto de crise dos anos 30, somente após a última guerra, ou seja, somente após a necessidade de um pacto social com a classe trabalhadora, o seu papel joga um papel fundamental.

O pensamento de Keynes pode ser resumido na sua afirmação clássica de que há uma correspondência entre os imperativos do crescimento económico e as exigências de uma maior equidade social. Esta correspondência deve ser assegurada por um Estado economicamente e socialmente activo. Para Keynes, eficácia económica e progresso social estão logicamente ligados. <sup>(4)</sup>.

Com Keynes, o Estado e a economia capitalista, repousam doravante sobre o saber científico.

Esta revolução passiva permitiu sem dúvida uma expansão da economia, da técnica, do saber científico, do progresso, assim como introduziu uma melhoria real das condições materiais de vida das classe trabalhadoras, consagrou uma série de conquistas trabalhistas, produziu maior equidade social nos países capitalistas desenvolvidos.

Mas, ao mesmo tempo, introduziu novas contradições, (\*) e efeitos perversos, dos quais nos vamos debruçar sobre aqueles que se mostram mais agudos e tem repercussões directas na prática social e na vida quotidiana:

- o enfraquecimento da classe trabalhadora como sujeito político real;
- o esvaziamento progressivo do exercício da cidadania;
- a substituição quase total de um processo de solidariedade espontânea por um processo de solidariedade mecânica emanada do Estado;
- a perda de visibilidade dos valores essenciais ao desenvolvimento do homem enquanto ser singular e social e, com eles, a perda de referenciais à transformação da sociedade.

A voz das bases trabalhadoras, a voz do colectivo perdeu muito da sua importância à medida que um processo activo de negociações sociais se passou a operar via Estado e de forma corporativista.

---

<sup>(4)</sup> Rosanvallon, Pierre. *La crise de l'Etat Providence*, Editions du Seuil, Paris, 1983, p. 49 a 55.

<sup>(\*)</sup> Por exemplo, a desigualdade gritante entre países desenvolvidos e o terceiro mundo.

Ora, com este mecanismo, um processo decisório democrático de «baixo para cima» converteu-se progressivamente, em processo democrático de «cima para baixo».

É assim que as bases perderam também progressivamente o seu alimento vivo que é a reflexão e a participação real no processo de construção da sociedade. Por outro lado, o estado moderno reificou o seu comportamento fundamental: o indivíduo e, com ele, a afirmação do indivíduo total, descartando o colectivo e atomizando o social.

Como diz Pierre Rosanvallon, «L'Etat moderne ne peut exister, en un mot, sans économie et société de marché, c'est à dire sans affirmation de l'individu comme catégorie économique centrale.

L'Etat Providence ne fait que poursuivre et étendre ce mouvement de protection de l'individu comme figure centrale du Social. (...) L'Etat Providence veut libérer l'individu en simplifiant le social. Il s'agit pour lui de détruire l'ensemble des structures, professionnelles et sociales, qui limitent l'autonomie de l'individu. La liberté est conçue comme l'avènement de l'individu intégral». (5).

É assim que o Estado Providência toma o indivíduo como unidade básica de destinação e oferta de seus serviços.

Neste processo de individualização, o social e o próprio indivíduo, foram fragmentados e parcelados: os serviços sociais destinam-se à criança, à mulher, ao desempregado, ao carente, ao idoso, ao deficiente, ao jovem, etc. E, de tal forma o complexo aparelho estatal de protecção social operacionalizou a destinação de seus serviços (burocratização, sectorização, etc...) que estas unidades: crianças, mulheres, idosos, ... não aparecem nem enquanto totalidades, mas como um somatório de necessidades e carências.

Neste processo de reificação do indivíduo, o usuário emerge com voz e voto na destinação e uso dos serviços sociais. O cidadão deixa de ter significado e expressão, o que parece consequência natural: o exercício da cidadania só pode existir no contexto de uma sociedade civil viva, presente através do seu corpo múltiplo e expressivo.

O Estado Providência introduziu igualmente um processo de solidariedade mecânica que substitue, quase que totalmente, os processos naturais e espontâneos de solidariedade humano /social.

Como diz Pierre Rosanvallon, «l'Etat Providence, comme agent central de redistribution et donc d'organisation de la solidarité, fonctionne comme un grand interface: il se substitue au face à face des individus et des groupes. (...) Coupée des rapports sociaux réels qui la structurent, l'organisation de la solidarité que cet État Providence met en place devient plus abstraite. L'Etat Providence procede mécaniquement à un véritable brouillage des rapports sociaux». (6)

Mas as consequências desta revolução passiva, são mais claras no período actual, pós-Keynesiano, período em que a crise da acumulação capitalista desnuda suas con-

---

(5) Rosanvallon, Pierre op. cit. p. 44/45.

(6) Rosanvallon, Pierre, op. cit. p. 41.

tradições e resultados, ameaçando todo um processo de conquista realizado e de paz inter-classes.

A crise do Estado Keynesiano dos últimos 15 anos, põe em questão todos os benefícios sociais, as negociações e pactos mantidos no período do grande crescimento económico capitalista.

Observa-se, cada vez mais interessante, não apenas a redução das margens de negociação dos diferentes compromissos institucionais, mas a emergência clara de antigos e novos grupos oprimidos e excluídos.

Observa-se igualmente uma viragem autoritária do Estado. Hoje este Estado moderno, caracterizado pelas suas funções de regulação, planificação direcção, mediação protecção social, redistribuição, está em questão, assim como as social democracias que a ele se incorporaram.

A reaparição de correntes liberais conservadoras, a crítica ao Estado Providência no que se refere à burocracia e ao custo elevado, as tendências autoritárias emergentes, são alguns dos sintomas que indicam que a viabilidade e o dinamismo de um certo pacto social entre a classe trabalhadora e o Estado está intrinsecamente ligada a um capitalismo em pleno sucesso. (7)

Resta uma questão fundamental: as medidas restritivas já em vigor, a redução clara das margens de negociação, e o autoritarismo presente na condução do social não vêm suscitando reacções significativas nos países desenvolvidos.

É como se todo um povo dormisse um sono profundo do qual não quer acordar. Algumas hipóteses se colocam para explicar este sono profundo:

- um individualismo exarcebado com um conseqüente egoísmo generalizado;
- uma passividade, produto de uma massificação e alienação generalizada;
- os novos segmentos — jovens, desempregados migrantes e outros — atingidos pela opressão e exclusão ainda não se reconheceram como colectivos oprimidos e em consequência encontram-se desarticulados; (\*)
- o pensamento revolucionário de esquerda mantém-se amarrado a antigas formas, modelos e conteúdos de superação revolucionária da actual crise, inibindo um pensamento inovador capaz de fornecer a motivação, a esperança, e a direcção neste novo arranque revolucionário;
- a pouca visibilidade dos valores fundamentais à emergência do ser total, explica igualmente, a dificuldade de se sair deste sono profundo. A de-socialização a que assistimos, processada na modernidade, abafou a existência de tais valores e com eles, as condições para procurar e direccionar projectos alternativos de transformação da humanidade.

---

(7) Buci Glucksmann Christine et alii, op cit. p. 17/18.

(\*) A recente manifestação dos jovens em França, assim como em outros países da Europa, parece indicar que os grupos oprimidos e com eles a sociedade civil, despertam deste sono profundo, procurando uma articulação e expressando uma certa consciência desta opressão.

A modernidade, o progresso e o fantástico desenvolvimento tecnológico, são a outra face da moeda desta revolução passiva. Elas misturam-se e interpenetram-se nos seus efeitos.

É importante destacar algumas de suas características na vida quotidiana.

## 2. O Fetichismo da Técnica e do Progresso

O progresso e desenvolvimento espectacular da técnica, ao mesmo tempo que indispensável, necessário e expressão da capacidade do homem de dominar a natureza e oferecer possibilidade de melhor vida a todos, vem representando igualmente um terrível perigo: o seu fetichismo que penetra na consciência de todos e, a sua possibilidade tão bem utilizada como instrumento de dominação e portanto, condição de opressão e desigualdade.

O progresso trouxe (junto) o seu lado catastrófico.

A modernização rápida, a nova face das relações sociais produzidas pelo capitalismo internacional, as novas condições de existência social, a mundialização introduzida no quotidiano pelos meios de comunicação, criam uma complexidade e confusão que, afectam directamente o comportamento quotidiano dos indivíduos.

Como diz Lefebvre:

«os homens crêem na independência das ideias, dos sentimentos e da consciência (...) consciência da vida? Temos consciência de nossa vida? Não. Nossa vida não está realizada e, nossa consciência é falsa. Não é somente a nossa consciência que é falsa: ela é falsa porque a nossa vida permanece alienada. Falsas representações criam uma consciência falsa de uma vida irrealizada; elas não conduzem à consciência da irrealização (do grau de irrealização) da vida humana: apresentam-na, seja como realizada (criando uma satisfação vulgar ou moral), seja como irrealizável (criando a angústia ou o desejo de outra vida). Mais precisamente, não se sabe como vive». <sup>(8)</sup>

uma das grandes invenções do progresso é a informática e a telemática que introduzem uma vertiginosa alteração na vida societária.

«D'un côté les processus du travail productif se modifient, mettant en question les anciennes divisions du travail. D'un autre côté, les informaticiens annoncent la généralisation de leur savoir théorique et pratique à la société entière». <sup>(9)</sup>

---

<sup>(8)</sup> Lefebvre Henri Critique de la Vie Quotidienne, vol. I, L'Arch Edt. Paris, 1958, p. 205, 208.

<sup>(9)</sup> Lefebvre Henri, op. cit. vol. III, p. 135.

A informação deixou de ser um simples instrumento para produzir mercadorias e seduzir o seu consumo, mas ela própria, transformou-se em produto que se produz, se consome, se vende e se compra.

A informática passa a ser também um poderoso instrumento político, utilizado no controle e na formação do «consenso».

Como diz Umberto Eco:

«quando o poder económico passa de quem tem em mãos os meios de produção para quem detém os meios de informação que podem determinar o controle dos meios de produção, também o problema da alienação muda de significado. Diante da sombra de uma rede de comunicação que se estende para abraçar o universo, cada cidadão do mundo torna-se membro de um novo proletariado.

Mas a esse proletariado nenhum manifesto revolucionário poderia lançar o apelo «Proletários de todo o mundo uni-vos!» Porque mesmo se os meios de comunicação, enquanto meios de produção, mudassem de dono, a situação de sujeição não mudaria. No máximo, é lícito suspeitar que os meios de comunicação seriam meios alienantes ainda que pertencessem à comunidade». <sup>(10)</sup>

A socialidade dos indivíduos e mesmo o exercício da cidadania, correm o risco de se alterar e se perderem drasticamente. Basta lembrar algumas imagens da ficção: o indivíduo diante dos vários botões de um computador, através do qual ele gere a sua vida, seus negócios, seus amores, ao mesmo tempo que dispõe de todas as informações e deformações que a telemática lhe traz.

O quadro assim pintado, parece reforçar a solidão e o isolamento que já atinge a maioria dos indivíduos nos países avançados. Parece igualmente anular toda a possibilidade do homem se distanciar desse quotidiano para sentir e apreender o «ser homem inteiro», plenamente homem. Ou talvez, produza uma tal pressão que leve os homens à negação radical deste sistema, que subtil, mas drasticamente, o oprime movendo-o a uma acção de transformação radical.

### **3. A Alienação Contamina e Sufoca a Vida Quotidiana**

A alienação é tratada em Marx, no seu duplo sentido: objectivo e subjectivo. Ela é sobejamente discutida e descrita em numerosas produções teóricas. Mas um pensamento sintético sobre ela, é necessário introduzir, já que a alienação é ingrediente essencial da vida quotidiana. Vista no mundo de hoje é possível dizer que este fenómeno recorrente, função das relações sociais de produção e dominação se apresenta:

- Na objectivação do trabalho: o trabalho deixa de ser uma actividade vital, criadora, prazerosa, para se tornar um mero meio de subsistência. O trabalho

---

<sup>(10)</sup> Eco Umberto, *Viagem na Irrealidade Cotidiana*, Edt. Nova fronteira, Rio de Janeiro, 1984, p. 166.



perdeu o seu valor. Resta apenas o emprego e, este é escasso no mundo tecnológico moderno, criando uma nova cisão alienante: os empregados passam a ser encarados como privilegiados, os não empregados como marginais. Mas, mantém-se a afirmação básica de Marx: o homem percebe o trabalho como algo alheio a externo a ele. O trabalho alienado não só produz mercadorias como produz o próprio homem em mercadoria.

- Na objectivação das relações sociais, estas deixam de se apresentar como históricas, conscientes, livres, igualitárias, afectivas, criadoras, integradoras, para se transformarem em instrumentos de dominação e opressão.

A relação alienada entre os homens, transforma-se em relação entre estranhos e o próprio homem em estranho para si próprio. A sociedade deixa de ser um constitutivo de cidadãos e de vinculações colectivas comunitárias, livres e solidárias, para se transformarem em massa alimentada pela fetichização.

«O homem alienado de si mesmo é também o pensador alienado de sua essência»... (11)

É assim que a vida quotidiana é também o espaço da mediocridade.

Os gestos comuns, a uniformidade e a padronização dos desejos e necessidades reificados, fetichizados e controlados, reproduzem, a todo o momento, os opressores e oprimidos, determinando, através da massificação, comportamentos acrílicos e anômicos. Alguns valores presentes no mundo moderno capitalista: individualismo, neutralidade, competição ... reforçam a mediocridade, deixando as grandes decisões políticas, económicas, culturais, existenciais e mesmo espirituais, ao sabor de agentes mandantes. É através da mediocridade que o quotidiano se normaliza, ao gosto das classes dominantes.

Os homens no passado conquistaram, através de fortes lutas, uma existência humano social mais igualitária e livre. Mas, as relações de dominação persistem e com elas os limites e ameaças sempre presentes a uma existência efectivamente igualitária e livre. A opressão ainda não foi suprimida.

Ora, a compreensão desta realidade, embaçada pela alienação, não emerge conscientemente, persistindo apenas o sentimento confuso desta mesma realidade, expressa hoje na defesa do singular e na busca de libertações singulares.

A privacidade passa a ter valor na vida quotidiana moderna: privacidade que contém o profundo da insatisfação, da ambivalência, do sonho, da magia, do desejo, da solidão, da busca do ser e do não ser, inferno e paz, prazer e desespero.

---

(11) Marx, em os Pensadores, op. cit. p. 47.

Parece claro, na vida quotidiana de nossos dias a existência de uma cisão entre:

- existência e subsistência;
- material e espiritual;
- singular e genérico / colectivo;
- local e global;
- igual e diferente;
- indivíduo e cidadão;
- parte e todo.

Somente o restabelecimento, na vida quotidiana da unidade destes termos vividos como oponentes e separados, podem fazer renascer a esperança revolucionária do colectivo.

#### 4. Espaço e Tempo

As pessoas habitam nas grandes cidades em pequenos espaços de um conjunto padronizado e uniforme. Os espaços livres deixam de ser livres para serem públicos o que significa espaços controlados cuja utilização é determinada e programada, onde as pessoas não se sentem co-proprietários ou comungando um espaço comum, mas usuários.

O habitat neste conjunto uniforme toma um significado opressivo e privado. Ao lado deste pequeno espaço privado o território terrestre lhes aparece como «totalmente descoberto, desnudado e possuído». <sup>(12)</sup>

Este território terrestre apresentado como imagem e informação entra no quotidiano e na quotidianidade seja como elemento de ameaça (guerra, terrorismo, pobreza, radiatividade ...), seja como fonte de sonho, de imaginário, seja como mercadoria a usufruir num pacote turístico.

Dada a cisão presente na vida quotidiana moderna, este terrestre raramente é percebido na sua globalidade e historicidade a que pretendemos todos, mas como algo estranho ao espaço e história privada de cada um.

A amplitude do espaço terrestre entra no quotidiano como informação não vivida. A relação deste com o espaço reduzido real vivido introduz repercussões nefastas no quotidiano.

O espaço deixa de representar segurança, liberdade, movimento, descoberta, expansão para se transformar em elemento de confinamento.

Como diz Henri Lefebvre, o espaço transformou lentamente, mas profundamente o quotidiano. <sup>(13)</sup>

---

<sup>(12)</sup> Lefebvre, Henri, op. cit., Vol. III, p. 128.

<sup>(13)</sup> Lefebvre, Henri, op. cit., Vol. III, p. 128.

O direito à diferença na desigualdade (e não na igualdade), transforma o chamado Estado Nacional em território privado onde os imigrantes, estrangeiros, turistas, aparecem como ameaça ou impertinência, com os quais as relações devem ser dominação / subordinação, desconfiança e raramente convivência.

O mundo é assim, um mundo partido, fragmentado, passível de alianças mercantis e políticas, onde o poder económico-político sobrepuja qualquer outro ingrediente possível nesta relação.

As múltiplas dimensões do tempo, atravessam o quotidiano.

«Os múltiplos ritmos e ciclos de origem natural, que se transformaram pela vida social, interferem nos processos e sucessões lineares dos gestos e actos de todos os dias». (14)

O repetitivo linear parece pesar e obscurecer as outras dimensões do tempo na vida quotidiana.

O relógio ilustra bem este linear repetitivo, quantificável e homogéneo, que rege a vida quotidiana.

Mas as outras dimensões do tempo, estão presentes e chocam-se a este cíclico repetitivo e linear repetitivo, mesmo que de forma obscura e abafada.

O passado dos homens do mundo, é vivido também no quotidiano de todos.

Uma fotografia, um monumento, uma velha igreja ou fortaleza, atestam uma história passada colectiva vivida no quotidiano, mesmo que de forma debilitada e abafada. E mesmo que de forma debilitada, este passado é percebido não apenas como nostalgia de uma época, mas como desejo de redimí-lo.

As suspenções do quotidiano que se operam, a passagem do homem inteiro para o inteiramente homem, faz emergir o tempo na sua dimensão histórica a ser resgatada.

## 5. A Quebra do Pacto de Complementariedade

Uma das características da vida quotidiana de nossos dias, é a quebra do pacto de complementariedade entre as pessoas.

Em geral, esta quebra é explicada em razão da liberdade sexual, da liberdade alcançada pelas mulheres, etc...

Na realidade, a dificuldade de manter um pacto de complementariedade duradouro, é devida a valores e condições reforçadas na vida moderna:

- o direito à diferença que paradoxalmente, em vez de aproximar no complementar, afastou na oposição e intolerância do diferente;

---

(14) Lefebvre, Henri, op. cit., Vol. III, p. 129.

- o valor da liberdade individual reforçando paradoxalmente o singular, o particular, o privado, opondo-se ao outro, ao comunitário, ao colectivo, ao genérico;
- a reificação do usuário de direito dos serviços e benefícios do Estado Providência; as necessidades de segurança e bem estar, são procuradas no Estado e não mais no outro, na comunidade e no colectivo.

A quebra do pacto de complementariedade duradoura, resultou não tanto, no aumento quantitativo de divórcios, separações monoparentais, mas, no aumento significativo de pessoas sós.

O isolamento e a solidão são características marcantes na vida quotidiana moderna dos países desenvolvidos.

## **6. O Estado Providência cunhou o usuário de serviços e benefícios. O cidadão foi progressivamente substituído pelo usuário.**

A cidadania, condição tão falada como possibilidade realizada nas social democracias do mundo moderno desenvolvido, é de facto uma ilusão.

Com o progresso, as relações sociais de dominação aperfeiçoaram-se e refinaram-se ao ponto que o próprio cidadão não percebe que deixou de ser cidadão: ele é apenas usuário servil dos serviços e benefícios do Estado do Bem Estar Social.

Ele conquistou os direitos sociais, mas perdeu sua condição de sujeito político. Os cidadãos só aparecem nos discursos da social democracia. Na prática eles não existem.

Paradoxalmente, no Terceiro Mundo, os cidadãos são chamados de «cidadãos de segunda classe» porque não conquistaram os chamados direitos sociais.

Mas, os chamados cidadãos de segunda classe do Terceiro Mundo, oprimidos pela exclusão e pela ausência de direitos, vivem a sua condição de cidadania, mesmo que reprimida, num colectivo solidário consciente da opressão.

A vida quotidiana, nos países capitalistas desenvolvidos, controlada e programada, transformou-se, abalando o exercício da cidadania.

## **7. A modernidade, a sociedade pós industrial com seus poderosos meios de informática e telemática expandem, mesmo para o 3.º Mundo, agudizam para os países desenvolvidos, o desencantamento, a desconfiança e a desesperança nas ideologias, na teoria, no global, no poder político e no Estado.**

Paradoxalmente, ela reforça uma esperança e uma confiança nas micro decisões, nos micros efeitos, nas micro cadeias de relacionamento. Daí a intuição básica que a prática social transformadora não pode ignorar o quotidiano e a quotidianidade dos micros grupos.

«a confiança social ainda que presista, vai sobretudo ao que é próximo, local; é este que se beneficia de uma hipótese favorável: il s'atteint, ou peut agir sur lui et sur les personnes qui s'en occupent; il échapperait aux manipulations, aux abus de pouvoir, se dit on, car il possède une capacité propre d'organisation, et ce sont des personnes sensibles dans tous les sens de ce terme qui s'en occupent.

En deux mots, il est proche du quotidien». (15)

Não que os fenómenos macro sociais não sensibilizem e atinjam os indivíduos mas a desesperança criou um hiato entre o macro e micro, entre o institucional e o quotidiano.

Como diz Lefebvre, é como se as pessoas no quotidiano, para evitar as armadilhas e desenganos, para melhor utilizar as circunstâncias, evitando os inconvenientes, enxergassem a sociedade como dual: de uma parte os circuitos dominantes e instituídos, doutra parte os circuitos exteriores, as trocas directas, as ligações mais ou menos clandestinas.

«ce qui donne par fois l'impression que les relations «souterraines» ne sont pas extérieures à celles que s'établissent dans la clarté officielle, mais les pénètrent et peut être les vivifient». (16)

## 8. O sagrado e o espiritual no quotidiano

«la religion persiste par plusieurs procédés: rites et gestes mais aussi mots, mais aussi sacralisation donc valorisation des instants décisifs de l'existence. Cette concécration des commencements et des fins, assure paradoxalement la continuité du quotidien, au même temps elle intensifie les moments, les dramatise et leur confere une sorte d'importance cosmique, sous le regard du «dieu caché». (17)

Os ritos sagrados ou os gestos de pedido de ajuda e benção ao divino, presentes nos momentos marcantes ou rotineiros da vida quotidiana, não são apenas manifestação de uma religiosidade aparente, cultural ou mágica. Não é tão pouco uma simples expressão de apego à magia, mistério e medo do mundo temporal e transcendente.

Há uma espiritualidade aí escondida, tal qual o «Dieu Caché». Ou há uma débil espiritualidade acorrentada a um forte deus do progresso, do conforto, da preguiça e alienação.

O sagrado e o espiritual são temas constantes nos estudos realizados sobre a vida quotidiana, mas não explorados suficientemente enquanto motor de transformações.

---

(15) Lefebvre, Henri, op. cit., Vol. III, p. 99.

(16) Lefebvre, Henri, op. cit., Vol. III, p. 100.

(17) Lefebvre, Henri, op. cit., Vol. III, p. 64.

O espiritual é vivido no quotidiano, como energia da vida. Este espiritual nem sempre é reconhecido como força positiva. E nem pode ser: este espiritual, apresenta fortes contradições. É utilizado pela maioria das pessoas como «ópio da vida», reforçando um processo de fuga alienou ainda um processo de libertação onde o comunitário é o apoio e não o processo de caminhada colectiva.

Hoje, esta busca do espiritual é absolutamente relevante e expandida: os indivíduos procuram-no nas seitas, nas Igrejas maioritárias, na magia, nas divindades mais diversas, incluindo-se entre elas, a própria psicanálise.

Esta busca é sem dúvida para as forças produtivas capitalistas uma de suas aquisições mais lucrativas, no mundo moderno. Ela é a religiosidade do vazio que predomina no mundo contemporâneo.

Ela é, por um lado, como diz Umberto Eco:

«o sistema de uma crise das ideologias optimistas do progresso: tanto a positivista tecnológica, que queria construir um mundo melhor com o auxílio da ciência, quanto a materialista histórica que queria construir uma sociedade perfeita por meio da intervenção revolucionária». (18)

A desesperança neste mundo transformado, aí colocado, cria sem dúvida, o espaço para fermentar um sagrado, uma mística ou uma magia das libertações individuais.

É sabido historicamente que, quando um povo sofre claramente a opressão, a exclusão, a pobreza, este espiritual é percebido como força mística de transformação do colectivo; a transformação do mundo é germinada nesta própria energia. Veja-se, por exemplo, na América Latina, a emergência de uma teologia da libertação de um povo, enraizada nas condições materiais de vida e, nas exigências de uma praxis revolucionária.

O espiritual precisa ser desvelado no seu pleno significado.

O espiritual é, possivelmente, a única força do mundo moderno, capaz de motivar o surgimento de valores de expressão e expansão do Ser e de mover a caminhada revolucionária dos oprimidos.

O espiritual é a força possível na transformação do quotidiano e igualmente na supressão colectiva da opressão.

Como diz Walter Benjamin, não haverá revolução real das condições materiais de vida e supressão da opressão, sem a força do espiritual. (19)

## 2. O Significado e Abrangência da Prática Social

1. Representando a prática Social, torna-se importante recolocar o significado e abrangência do termo prática social.

---

(18) Eco, Umberto, op. cit. p.

(19) Benjamin Walter, op. cit., Cap. Theses sur philosophie de l'histoire.

O termo prática social, tem múltiplas abrangências. Designa a prática social desenvolvida pelo Estado ou pela iniciativa privada; designa a prática social institucionalizada ou não, a prática desenvolvida por agentes profissionais, militantes políticos, grupos religiosos, filantrópicos; a prática social desenvolvida pelos grupos dominantes e pelos grupos dominados.

A prática social tem a sua origem na natural procura dos indivíduos e grupos sociais de subsistir e existir em sociedade. Os indivíduos e grupos elaboram e realizam uma prática social nascida das suas possibilidades de compreensão e intervenção na realidade, tendo em vista a satisfação mais plena das suas necessidades e motivações.

Os sujeitos da prática social são múltiplos assim como as práticas sociais que deles derivam.

Toda a prática social tem uma intenção, um dinamismo, um movimento e um fluxo de relações. O movimento presente à prática social é expressão do «vir a ser» constante desta prática e dos sujeitos que nela integram. É por isso que o «dever ser» da prática social está em disputa. Não há um único «dever ser».

Em síntese, toda a prática social é determinada: por um jogo de forças (interesses, motivações, intencionalidades); pelo grau de consciência de seus actores; pela visão do mundo que os orienta; pelo contexto onde esta prática se dá; pelas necessidades e possibilidades próprias a seus actores e próprias à realidade em que se situam.

As diversas práticas sociais tomam diferentes significados. Podem expressar um sentido apenas utilitarista e portanto uma acção restrita ao utilitário; podem valorar apenas o gesto espontaneista; podem-se limitar ao plano da afectividade, etc...

A prática social pode tomar igualmente, uma direcção mais profunda e global. É a esta que podemos denominar mais precisamente de práxis social.

Ela supõe um processo de reflexão acção em espiral e, sobretudo ela supõe uma actividade humana que se despojou da consciência comum, da prática utilitária, da prática espontaneista e galgou um nível superior de consciência que se expressa em acção criadora, transformadora, realizante (produtiva) e gratificante (expõe o sujeito como ser total no mundo e com o mundo). <sup>(20)</sup>

A práxis social não é jamais um acto do ser singular e isolado. Ela é expressão do sujeito colectivo, transindividual. Como Goldmann afirma, há inúmeros sujeitos transindividuais (família, grupos de amigos, grupos profissionais, etc...) cujas acções se intercrusam e que constituem a trama da sociedade global. Mas há uma categoria de sujeitos transindividuais de quem a acção tem uma pertinência particular nas transformações históricas: são os grupos sociais cuja praxis e a consciência são orientadas não para um sector particular da sociedade, mas para o conjunto das relações inter-humanas, seja para conservá-las, seja para transformá-las. Tais grupos sociais são para Goldmann assim como para Marx, as classes sociais. <sup>(21)</sup>

---

<sup>(20)</sup> Vasquez, A. Sanchez. *Filosofia da Praxis*, ed. Paz e Terra, R.J. p. 19.

<sup>(21)</sup> Lowy Michael et alii Goldmann ou la dialectique de la totalité, Edit. SECHERS, 1973, p. 33.

Também para eles, sómente as classes oprimidas possuem potencialmente a possibilidade de revolucionar a sociedade suprimindo a opressão e conquistando para o todo social, níveis mais plenos de liberdade e realização humana.

Somente tais grupos, podem realizar uma práxis social que «afirma como valor supremo a realização histórica de uma comunidade humana autêntica que só pode existir entre homens inteiramente livres, comunidade que pressupõe a supressão de todos os entraves sociais, jurídicos e económicos à liberdade, a supressão das classes sociais e da exploração. (22)

Uma práxis social é sempre movida por uma visão de homem-mundo.

«Uma visão de mundo é precisamente esse conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um grupo (mais frequentemente, de uma classe social) e os opõe aos outros grupos». (23)

Esta visão de mundo corresponde sempre ao máximo de consciência possível destes mesmos sujeitos colectivos.

A prática social exercida pelos profissionais de Serviço Social articula-se às demais práticas mas, sobretudo ela deve articular-se e procurar o seu horizonte e a sua direcção nas práticas movidas pelos grupos sociais oprimidos, pois são estes os portadores possíveis do máximo de consciência sobre as direcções alternativas do caminhar histórico revolucionário.

Finalizando, é necessário que tenhamos uma direcção e uma concepção clara da nossa prática profissional. Ela não pode ser e nem é neutra. Para cumprir o seu papel mediador, esta prática tem que estar embasada numa visão do mundo. Esta visão de mundo é que, em última instância, fornece os horizontes, a direcção e as estratégias de acção. Fornece igualmente as bases de um acto reflexivo partilhado, portanto colectivo, consciente e criativo.

É ainda importante dizer que toda a prática social eficaz, é produto igualmente da «paixão».

«Se amas sem despertar amor, isto é se teu amor, enquanto amor, não produz amor recíproco, se mediante sua exteriorização de vida como homem amante não te convertes em homem amado, teu amor é impotente, uma desgraça». Marx, in *Manuscritos Económicos e Filosóficos*).

2. O assistente social é um dos mediadores privilegiados na relação entre população dominada, oprimida ou excluída e o Estado. Esta afirmação, voz corrente entre assistentes sociais, merece ser retomada de forma explicitadora.

O Serviço Social é uma profissão que tem características singulares. Ela não actua sobre uma única necessidade humana (tal qual o dentista, o médico, o pedagogo...),

---

(22) Goldmann, Lucien. *Dialéctica e Cultura*, Edit. paz e terra, R.J. 1979. p. 33.

(23) Goldmann, op. cit., p. 20.



nem tampouco destina-se a todos os homens de uma sociedade sem distinção de renda ou classe. Sua especificidade, está no facto de actuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, aquela formada pelos grupos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade.

É por isso que os profissionais de Serviço Social actuam basicamente na trama das relações de conquista e apropriação de serviços e poder pela população excluída e dominada.

É por isso que falamos em mediação. Quando falamos em mediação, estamos a referir-nos a uma categoria da práxis, presente na nossa prática, que tem dimensões mais profundas e um carácter eminentemente político.

Sartre, vale-se do termo mediação, para expressar a passagem. É com este significado que emprega o termo, quando defende o método psicanalítico como mediação privilegiada que permitiria passar das determinações gerais e abstratas a certos traços do indivíduo singular. (24)

A mediação diz respeito aos processos de passagem.

Como diz Guiomar Mello, a mediação refere-se a processos existentes na realidade objectiva, presentes na relações que ocorrem entre partes, forças, fenómenos de uma totalidade.

Tais processos, são extremamente dinâmicos e, porque não existe um momento específico da mediação, mas tão somente o *movimento*, os atributos deste, abstraídos, podem ser sintetizados sob o termo mediação. (25)

O movimento realiza-se por mediações que fazem a passagem.

A mediação exige o afastamento de oposições irreduzíveis e sem sínteses superadoras, o que significa a negação e ausência das contradições; pelo contrário, é preciso compreender que forças e relações contraditórias existem e co-existem no processo, na totalidade, produzindo o movimento.

As actividades desenvolvidas pelo Serviço Social, traduzem-se em mediações a dois níveis:

- a passagem da exclusão, do não uso do usufruto de bens e serviços da sociedade para a inclusão e usufruto efectivo;
- a apreensão, a nível da consciência, das relações e determinantes existentes entre o destino singular sentido e vivido por cada um e, o destino de classe social a que pertencem. Esta apreensão, faz a passagem singular / colectivo.

Na mediação, o assistente social trabalha duas dimensões da população pauperizada ou excluída que, comportam grandes contradições:

- a do usuário dos serviços do Estado
- a de satisfação de necessidades.

---

(24) Sartre, J.P.. A Questão do Método.

(25) Mello Guiomar.

Nós já nos referimos, anteriormente, à substituição progressiva do cidadão pelo de usuário.

Basta aqui acrescentar outra afirmação de Lefebvre:

«Au début elle (la representation de l'usager) semble l'expression d'une revendicative capable d'agir dans et sur la quotidienneté. Elle parut subversive en ce qui concernait les services multiples, extérieurs au travail productif, mais indispensables pour la production et la reproduction des rapports sociaux; ce qui constitue l'organisation sociale de la quotidienneté: transports et communications, habitat et réalité urbaine, santé, etc...

L'usager dans cette perspective allait devenir l'élément primordial d'une force constructive autant que critique, qui réhabilitait la valeur d'usage, subordonnée à la valeur d'échange et à l'échange jusqu'à n'être plus que leur support». (26)

No entanto, não encontramos hoje, este resultado. Ao contrário, nós já vimos, o Estado do Bem Estar Social e a produção capitalista cunharem um usuário servil, voraz e individual que procura a satisfação de necessidades.

O Estado e a produção capitalista moderna, engendraram na vida quotidiana actual, aparentemente, um único valor: a satisfação.

«Être satisfait, voilà le modèle général d'être de vivre dont les promoteurs et supporters ne voient pas qu'il engendre le malaise. Car la recherche de la satisfaction et le fait d'être satisfait présuppose la fragmentation de «l'être» en activités, en intentions, en besoins, tous bien déterminés, isolés, séparables et séparés du tout». (27)

A provisão ou negociação da provisão das necessidades básicas da população pauperizada, é uma das funções do Serviço Social.

Sabemos que o atendimento dessas necessidades, é realizada de forma sectorizada, fragmentada como se o indivíduo fosse um somatório de necessidades a serem satisfeitas, cada uma delas, por uma sobreposição de instituições específicas.

Sabemos igualmente que no caso brasileiro, o atendimento a estas necessidades é pulverizado e individualizado, requerendo sempre uma selecção ou triagem que confirme o mérito ou validade do pedido de atendimento.

Esta selecção e triagem, conduzem a um afunilamento da demanda, da qual são atendidos 5 a 10% dos solicitantes, mas que permitem concretizar uma realidade, mesmo que ilusória, de atendimento.

Sabemos por fim, que os pauperizados e oprimidos deverão se submeter a uma verdadeira peregrinação pelas instituições, submetendo-se em todas elas, a um mesmo

(26) Lefebvre, Henri, op. cit., Vol. III, p. 80.

(27) Lefebvre, Henri, op. cit., Vol. III, p. 83.

ritual de selecção onde aprenderão em geral, as estratégias de sucesso para obter satisfação de suas reivindicações: estratégias essas, em geral, baseadas na alienação, privilégio ou astúcia individual ou colectiva.

Uma vez satisfeitos, eles aspirarão outras necessidades, induzidos pela privação opressora e igualmente pela sociedade consumista moderna.

Separar o joio do trigo, não é tarefa fácil.

Aprender o caminho colectivo da conquista, sem cair na alienação, exige dos assistentes sociais, estratégias de acção, baseadas na leitura desta mesma realidade e poder de interferência sobre os sistemas que mantém este Estado.

3. O assistente social actua no quotidiano dos grupos sociais oprimidos, introduzindo na maioria das vezes, mesmo sob a roupagem de uma acção revolucionário, o progresso, o conforto, como fins em si próprios.

A conquista singular ou colectiva da habitação, da creche, do seguro, desemprego, etc..., podem sempre resultar em avanço simplesmente do progresso ou representar rupturas e saltos a nível da consciência e de poder dos grupos oprimidos.

A direcção social que se dá à prática, é sem dúvida, questão fundamental.

Temos a certeza que desejamos revolucionar radicalmente a nossa realidade brasileira com vista a suprimir a opressão e a desigualdade.

Mas o que é revolucionar radicalmente? Será tão somente conquistar melhores condições de vida material? Obter acesso efectivo a bens, serviços e riqueza da nossa sociedade? Conquistar uma real distribuição da renda e riqueza nacional? Segundo que modelos? O modelo do Estado do Bem Estar Social? O dos chamados Países Socialistas? parece que não. Nestes dois modelos, o Estado assume abusivamente o controle e a gerência do colectivo, invadindo mesmo a vida quotidiana de todos os dias e de todos os homens.

Outra questão: vamos querer um desenvolvimento económico, social e político que aniquile algumas das estratégias de sobrevivência dos oprimidos no 3.º Mundo, pautadas por exemplo, na solidariedade e complementariedade, no comunitário e no colectivo como relação querida?

Há que se considerar (e ela é tão esquecida como força traiçoeira!), a força da direcção social dada pela própria sociedade capitalista transnacional. Ela é fortemente penetrante no nosso quotidiano, como sedução constante do progresso, de possuir e usufruir bens materiais que encarnam o «todo dia», ameaçando outras direcções sociais possíveis; mesmo porque ela tem um instrumento poderoso: a informação e a informática.

É preciso com urgência, pensarmos de forma mais clara e menos leviana a direcção social da nossa prática. Não só porque trabalhamos especialmente na mediação oprimidos / opressores, mas também, porque parece que a leitura da realidade complexa que vivemos hoje e, o «avenir», é tarefa difícil, assim como a escolha dos processos e das estratégias de acção.

O esforço e seriedade para pensá-la, deve ser colectivo, envolvendo sobretudo a própria população nessa reflexão.

A outra questão que parece menor, insinua-se, no entanto, como de importância progressiva na práxis social, é a questão da confiança social.

Nós já falamos dela (no capítulo precedente) mas é necessário reintroduzi-la aqui.

A confiança social no mundo moderno, parece deslocar-se. Os indivíduos e grupos estão deixando de creditar confiança no saber teórico, nas ideologias, nas grandes instituições, no Estado.

A confiança parece creditar-se no próximo, no local, nas pequenas organizações que os próprios indivíduos controlam e porque controlam parece escapar a manipulações maiores.

É assim que a nossa prática precisa dar atenção igualmente aos níveis micro sociais e rever as estratégias e processos de acção para esses níveis. Parece insinuar-se como fundamental, o resgate do trabalho competente junto aos pequenos grupos e a articulações igualmente competente entre estes, de forma a introduzir uma rede de relações capaz de introduzir e solidificar um processo de identificação e confiança entre os oprimidos. É a famosa relação dialéctica entre o singular e colectivo, entre o micro e o macro social. A prática não pode dicotomizar estas instâncias.

Neste processo de pensar a prática social e no contexto de nossas reflexões, parece insinuar-se como estratégia principal de acção, o revalorizar e reforçar uma diversa e extensa rede de relações sociais. A força da prática social, está no desenvolvimento de um processo aberto, mobilizador de relações, reflexão e acção intergrupos. É a acção conjugada de um corpo social múltiplo e expressivo que introduz efeitos transformadores a nível do colectivo.

Como diz Pierre Rosanvallon, a multisocialização é importante e processa-se através de um pluralismo de formas e expressões de sociabilidade.

«Ce sont toutes ces formes de socialisation transversales, qui vont de l'association formalisée à l'action commune informelle pour se rendre de services, que peuvent permettre de reconstituer la solidarité dans la société.

(...) Ce rapprochement de la société d'elle-même, ne doit donc pas être compris dans un sens étroit (constitution de micro collectivités stables et fermées). Il passe au contraire par la multiplication des appartenences temporaires ou limitées. (28)

Neste contexto, é igualmente necessário descartar ideias erméticas tais como:

- Serviço colectivo = Estado = não mercantil = igualdade
- serviço privado = mercantil = lucro = desigualdade.

Os equipamentos e serviços sociais propostos e geridos pela comunidade usuária, exigem uma nova flexibilidade das políticas sociais. Somente assim parece, a prática social pode-se permitir vãos mais criativos e expressivos.

## ESTRATÉGIAS:

A abordagem global da realidade e as relações dialécticas entre o singular e o colectivo, são categorias chaves da prática social de hoje.

- a) É necessário sair do particular, da particularidade para se ver a totalidade. Uma totalidade histórica, portanto em movimento, que engloba seus múltiplos aspectos (económicos, políticos, sociais, etc ...), em sua relações que são dialécticas.

É preciso lembrar, como diz Lukács, que as partes encontram no todo o seu conceito e a sua verdade.

É necessário ver o particular, a particularidade na totalidade, ao mesmo tempo que ver a totalidade na particularidade.

Sem compreensão da totalidade, do global, é impossível realizar uma acção social competente.

- b) O indivíduo é ser social; sua particularidade é também social. Cada indivíduo é portador da sua singularidade, mas igualmente do colectivo.

É necessário introduzir procedimentos e estratégias de acção que conjuguem o singular e o colectivo. É preciso romper com a dicotomia existente entre o singular e o colectivo. É preciso descentrar-se do individual para retirar-se do singular a força possível do colectivo. Esta força colectiva, só emerge quando o colectivo tem espaço de expressão na nossa prática social. Em outras palavras, é preciso que o atendimento individualizado, se centre não apenas no caso que o «cliente» expressa, mas no colectivo que o mesmo «cliente» traduz.

Mas aqui põe-se uma questão importante: é necessário saber trabalhar este movimento dialéctico entre singular e colectivo, presente no indivíduo mesmo e nos grupos sociais.

Quando o colectivo obscurece o singular, corre-se o risco de negar o singular, despersonalizar pessoas e o próprio grupo. Em última instância, compromete-se o processo libertador que é dialecticamente colectivo e singular e reforça-se o individualismo, o isolamento, o usuário dos serviços sociais.

Por outro lado, se trabalhamos somente o colectivo, podemos introduzir novos erros, como por exemplo, reforçar a massificação.

Há aqui ainda uma outra questão: muitos profissionais e activistas políticos, ficam tão apaixonados pelas crescentes relações intergrupais e pelo colectivo que desviam, muitas vezes, um processo conscientizador ainda não solidificado. Para deixar mais claro, esquecem as bases que compõe este colectivo e, passam a trabalhar apenas com representação deste colectivo, reproduzindo, muitas vezes através destes, um processo de dominação e não de libertação.

Os representantes crescem e as bases se desapropriam do alimento reflexivo, necessário ao crescimento igualitário do colectivo.

A informação é a infra-estrutura necessária à caminhada crítica de um grupo.

«É possível destacar dois momentos no acto de conhecer, que se interdependem. Um momento em que se conhece o existente, o outro, em que se cria um conhecimento novo. Num primeiro momento, o conhecimento nasce de um saber já apropriado, de uma experiência vivenciada, já reflectida. O segundo momento representa um novo saber.

Na dicotomização entre dois momentos aparece, importante, a informação, a curiosidade.

A informação decorrente desta dicotomização, é a formação desde dentro, e não de fora para dentro, como entendemos. A informação, neste caso, é precedida de problematização e de busca. É nessa medida que a informação ganha significado e, portanto, é apreendida e valorizada» (comentário expresso de Paulo Freire nos Seminários de Educação Popular, PUC).

O agente técnico, não pode colocar-se como porta voz único de informações. As informações provêm também de outros grupos e de agentes mandatários institucionais.

As práticas desenvolvidas pelo Serviço Social, junto dos grupos populares, supõem a criação de uma infra-estrutura que se traduz em canais e fluxos contínuos de informação. Ela é a condição instrumental que amplia as possibilidades de leitura crítica da realidade, subsidia a reflexão, decisão e acção.

Permite fundamentalmente aos grupos de usuários das instituições, apropriarem-se dos serviços que lhes são destinados.

É necessário reformar e estender um trabalho de base. Isto significa, desenvolver uma rede de pequenos ou grandes grupos no interior da comunidade. Tais grupos, formam-se a partir de um processo motivador, calcado no próprio universo de vida destes, das suas necessidades concretas de subsistência e existência.

No interior destes pequenos grupos, inicia-se um processo de reflexão acção.

A leitura do real vivido pelos grupos é fundamental. É ela que permite a estes grupos, expressar necessidades, motivações, afectos e igualmente suas visões de mundo; permite pensar, eles próprios, seus projectos colectivos. Neste processo de reflexão acção, os grupos aprendem um saber fazer social, produzem um modo de enfrentamento da realidade.

Mas há aqui uma questão importante: os grupos aprendem na relação com outros grupos.

A força da prática social está no desenvolvimento de um processo aberto, mobilizador de relações, reflexão e acção intergrupos. A acção e reflexão restrita ao profissional e grupos, por si só, não representa condição suficiente para produzir um saber fazer social.

Romper a fragmentação dos programas.

É urgente introduzir estratégias de ruptura do isolamento e sectorização em que se mantêm os serviços sociais institucionais, pois somente a acção conjugada e interpenetrada destes, introduzirá efeitos transformadores a nível do colectivo.

Assim, é necessário o uso massivo e rico da articulação de relações, serviços e experiências que permitam detonar um fluxo maior de informações, optimização do

uso de recursos, optimização da acção mútua, mobilização das várias motivações, recursos e potencialidades das instituições e grupos sociais.

É necessário instaurar processos competentes de negociação entre agentes mandantes institucionais e os cidadãos. É preciso viabilizar a relação directa entre agentes mandantes e população.

Duas habilidades neste processo são fundamentais:

- a) a capacidade, a arte da relação com todos os actores em jogo neste processo. Saber se relacionar de forma eficaz, não apenas com os usuários, comunitários ou clientela, mas igualmente com os agentes mandantes, militantes políticos e agentes institucionais os mais diversos.
- b) a capacidade de elaborar pareceres e documentos que expressem a vontade popular, fundamentando, confirmando e divulgando o valor das reivindicação populares.

Reforçar a descentralização de decisões, programas, recursos e serviços de tal forma que as próprias bases locais, possam participar efectivamente no desenho e realização de projectos que lhe interessam, assim como abrir a possibilidade da auto-gestão comunitária.